
LEI Nº 605/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 579/2012, DE 18 DE JULHO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO DE ICAPUÍ-CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUÍ aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º – O Art. 4º da LEI Nº 579/2012, de 18 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

"Art. 4º – A estrutura básica do Conselho Municipal da Saúde e Saneamento – CMSS compreende:

I – Plenária

II – Mesa Diretora

III – Secretaria Executiva"

Art. 2º - O *caput* e os incisos I, III, XIII e XIV do art. 5º da LEI Nº 579/2012, de 18 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

"Art. 5º – Ao Conselho Municipal da Saúde e Saneamento – CMSS compete, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo:

***I** – Atuar na formulação e controle da execução da política de saúde, no nível Municipal, incluídos seus aspectos econômicos, financeiros, de gerência técnica administrativa;*

***III** – Estabelecer critérios gerais de controle, auditoria, ouvidoria e avaliação do Sistema único de Saúde SUS em Icapuí, com base em parâmetro de cobertura, cumprimento das metas estabelecidas e outros mecanismos, objetivando o atendimento pleno das necessidades de saúde da população;*

***XIII** – Estabelecer critérios para a realização de Conferência de Saúde, no nível municipal;*

***XIV** – Outras atribuições estabelecidas pelas Leis 8080/1990 e 8142/1990 e as Resoluções 453/2012 e 333/2003 e outras atribuições definidas e asseguradas em atos complementares que se refiram a operacionalidade e a gestão do Sistema Único de Saúde.”*

Art. 3º - Os incisos I, III e IV, parágrafos 8º e 9º e *caput* do art. 6º da LEI Nº 579/2012, de 18 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO IV **DA COMPOSIÇÃO**

***"Art. 6º** – O Conselho Municipal da Saúde e Saneamento – CMSS tem sua composição conforme estabelece as Leis 8080/1990 e 8142/1990 e as Resoluções 453/2012 e 333/2003, composto de 16 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes de instituições governamentais, prestadores de serviços de saúde, representantes dos profissionais de saúde e representantes dos usuários, assim composto:*

I GOVERNO



p.2

01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento

01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social

01 (um) representante do Hospital Municipal Maria Idalina Rodrigues de Medeiros

II PROFISSIONAIS DA SAÚDE

01 (um) representante de Nível Superior

01 (um) representante de Nível Médio

01 (um) representante dos Agentes Comunitários de Saúde – ACSs

01 (um) representante dos Agentes de Endemias

III USUÁRIOS

01 (um) representante da Área I – Unidade Básica de Saúde Familiar – UBSF Estrela do Mar;

01 (um) representante da Área II – UBSF de Barreiras;

01 (um) representante da Área III – UBSF Catarina Evangelista de Sousa;

01 (um) representante da Área IV e Área VI – UBSF Ila Rodolfo e UBSF Pedro Rebouças, respectivamente;

01 (um) representante da Área V e Área VII – UBSF Monsenhor Diomedes e UBSF de Peixe Gordo, respectivamente;

01 (um) representante da Igreja Católica;

01 (um) representante da Igreja Evangélica;

01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e de Icapuí.

§8º – Qualquer alteração ou modificação da composição definida no artigo 6º deverá ser proposição de Conferência Municipal da Saúde, convocada para tal fim, conforme a Resolução nº 08/1995 – CESAU/CE e as Resoluções 453/2012 e 333/2003.



p.3

§9º – O Presidente do Conselho Municipal da Saúde e Saneamento e demais membros da mesa diretora serão eleitos entre seus pares.

Parágrafo Único – O presidente e demais componentes da mesa diretora serão eleitos diretamente pela plenária do CMSS e será composta de:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário Geral,
- d) Secretário Adjunto."

Art. 4º - O Art. 9º da LEI Nº 579/2012, de 18 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

"Art. 9º - Cada membro titular terá direito a um único voto, à exceção do presidente, que terá, além do voto comum, o de qualidade, quando em caso de empate;

Parágrafo Único – Na ausência do titular, automaticamente o direito ao voto será atribuído ao suplente. O presidente e demais componentes da mesa diretora serão eleitos diretamente pela plenária do CMSS.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 12 de junho de 2013



JERÔNIMO FELIPE REIS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL